

**SOCIEDADES
POLARIZADAS ?**

**DESAFIOS
PARA A
SOCIOLOGIA**

Congresso Português de Sociologia

*Sociedades Polarizadas?
Desafios para a Sociologia*

XII CONGRESSO
PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

4 - 6 ABRIL 2023

Coimbra, 4 a 6 de março de 2023

CONVENTO DE SÃO FRANCISCO – FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

**Secção/Área Temática
Trabalho, Organizações e Profissões**

**Inserção dos jovens no mercado de trabalho: aspectos sobre profissionalização
e diversidade laboral no Maranhão – Brasil**
**Insertion of young people in the labor market: aspects about professionalization
and labor diversity in Maranhão – Brazil**

PEREIRA, Carla Regina Assunção; Universidade Federal do Maranhão
carla.pereira@ufma.br

Resumo

As transformações nas relações de trabalho têm acentuado as desigualdades entre diferentes contingentes de trabalhadores, no que se refere às condições de trabalho e renda. Estudos sobre o mercado de trabalho brasileiro apontam para o fato de que os trabalhadores jovens apresentam índices elevados de desigualdade de renda, relacionados à desvalorização da educação e aumento do desemprego. Entendendo que esses processos ocorrem de forma diferenciada em algumas regiões, buscamos analisar como tem se configurado a situação dos jovens no Maranhão. Observam-se as relações entre a formação educacional, a capacitação profissional e postos de trabalho, através do levantamento e análise comparativa de dados estatísticos e documentais. Entende-se que o debate acerca da formação profissional dos jovens e condições de inserção no mercado de trabalho, possibilita compreendermos as transformações e os desafios que se colocam para os trabalhadores jovens, frente ao contexto de desemprego, informalidade e precarização.

Abstract

Transformations in labor relations have accentuated inequalities between different contingents of workers, with regard to working conditions and income. Studies on the Brazilian labor market point to the fact that young workers have high levels of income inequality, related to the devaluation of education and rising unemployment. Understanding that these processes occur differently in some regions, we seek to analyze how the situation of young people in Maranhão has been configured. The relationships between educational background, professional training and jobs are observed, through the survey and comparative analysis of statistical and documental data. It is understood that the debate about the professional training of young people and conditions of insertion in the labor market, makes it possible to understand the transformations and challenges faced by young workers, before the context of unemployment, informality and precariousness.

Palavras-chave: inserção profissional; jovens; mercado de trabalho; Maranhão.

Keywords: professional insertion; young people; labor market; Maranhão.

XII-APS-89974

1. Introdução

O presente estudo faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre a temática da juventude e das relações de trabalho, que analisa as condições de inserção dos jovens nas esferas da educação e do trabalho. Em contextos diferenciados, nas últimas décadas, as condições de trabalho e renda referem profundas transformações, assim como tem ocorrido a acentuação das desigualdades entre diferentes contingentes de trabalhadores.

Nesse contexto, diante da situação já problemática sobre as oportunidades de emprego e renda, o período da pandemia do Covid-19 pontuou novos desafios, principalmente ao contingente de trabalhadores jovens, que buscam acompanhar as mudanças e demandas do mercado de trabalho, mas que sentem de forma contundente as transformações ocorridas em períodos de crise econômica.

Na atual conjuntura econômica, os impactos negativos sobre os empregos demonstram que a população jovem tem sido fortemente atingida pelas crises no mercado de trabalho. Estudos sobre o mercado de trabalho brasileiro, apontam para o fato de que os trabalhadores jovens formam o segmento da população que mais perdeu renda média no trabalho e que apresenta índices elevados de desigualdade de renda, relacionados à desvalorização da educação e ao aumento do desemprego.

Contextualizando que as condições de trabalho e renda podem se apresentar de forma diferenciada em algumas regiões e espaços geográficos, o presente estudo busca entender como tem se configurado a inserção dos jovens no mercado de trabalho na região nordeste brasileira, no estado do Maranhão. Observam-se as relações entre a formação educacional, a capacitação profissional e a ocupação de postos de trabalho, pontuando as correspondências entre a formação educacional e a ocupação laboral.

No intuito de compreender tais processos, buscou-se a interlocução entre diferentes saberes das ciências sociais, agregando conhecimentos da sociologia da juventude, do trabalho e da educação. Procedeu-se ao registro da situação educacional no ensino médio e na educação profissional, para estabelecer comparações com o perfil socioeconômico dos jovens no mercado de trabalho. Problematisa-se as situações em que os jovens não têm oportunidades de formação e capacitação equitativas, ou que, mesmo possuindo formação profissional, executam trabalhos informais e precários, que terão influências sobre suas trajetórias laborais e condições de vida.

Entendendo que as transformações ocorrem de forma bastante acelerada, buscou-se observar a situação dos jovens no contexto da última década, considerando a faixa etária de 15 a 29 anos, na tentativa de obter um panorama do contingente de jovens que adentraram no mercado de trabalho, e as características dos postos de trabalho que passaram a ocupar. Entende-se a importância desta etapa da pesquisa, sobre o mapeamento do perfil e das condições socioeconômicas, por permitir uma compreensão mais detalhada da situação dos trabalhadores jovens no Maranhão.

Considerando a importância da pesquisa quantitativa e documental para o estudo dos fenômenos sociais, procedeu-se ao levantamento e análise comparativa de dados estatísticos e documentais sobre as condições econômicas, educacionais e de trabalho. Estes foram coletados junto às plataformas de órgãos públicos e organizações sociais, entre os quais destacam-se o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), Ministério do Trabalho PDET – Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) do Maranhão, entre outros.

No que se refere às oportunidades e condições de formação escolar e profissionalizante dos jovens, observou-se a implementação de políticas públicas que visaram oferecer capacitação às camadas sociais mais vulneráveis, que enfrentavam restrições quanto ao ingresso em cursos preparatórios e estágios, buscando equacionar as oportunidades de inserção desse contingente de jovens no mercado de trabalho.

Nessa perspectiva, o presente artigo pretende contribuir com o debate acerca das condições de inserção dos jovens no mercado de trabalho, pontuando sua relação com os processos de educação e profissionalização. A partir da realidade observada e das considerações teóricas pudemos chegar à discussão dos resultados obtidos através da análise e comparação dos dados estatísticos e documentais.

Dessa forma, no presente artigo, busca-se: acompanhar o debate sobre a situação dos trabalhadores jovens no Brasil; entender a configuração do mercado de trabalho no país e, particularmente, na realidade maranhense; compreender a situação dos jovens na educação e mercado de trabalho, observando as particularidades da educação e

profissionalização; assim como analisar a participação dos jovens nas diferentes atividades econômicas e nos empregos formais no estado do Maranhão.

2 A situação dos trabalhadores jovens no Brasil

O trabalho, como categoria sociológica, tem sido estudado em diferentes aspectos e contextos, considerando sua importância na socialização dos indivíduos e grupos ao longo dos tempos. Nos dois últimos séculos ocorreram transformações significativas, a partir das quais passaram a ser discutidas as referências a uma “sociedade do trabalho”, na qual o trabalho constituiu-se como elemento fundamental de integração social. (Offe, 1989; Castel, 1998).

As mudanças apontaram no sentido da reorganização do trabalho em diversos aspectos da estrutura social e das relações de trabalho, com grave repercussão para a integração social. Como consequência, a precarização das condições de trabalho reflete a desconstrução das condições estruturais do trabalho (contrato formal, proteções e garantias sociais), dando lugar a variadas formas de trabalho (trabalho temporário, por tempo indeterminado, sem contrato formal, estagiário, terceirizado, etc.). (Machado, 1998; Senett, 1999).

Movimentos mais amplos no mercado de trabalho global demonstram mudanças na configuração das ocupações e nas relações de trabalho, contudo, são resguardadas as especificidades e temporalidades que se apresentam no contexto local. No Brasil, as transformações apontam para configurações em que se observam as desigualdades entre diferentes contingentes de trabalhadores, e que estão relacionadas ao aumento do desemprego, subutilização da força de trabalho, informalidade e precarização das condições de trabalho.

Nesse contexto, encontram-se os trabalhadores jovens, que vivenciam essas mudanças de forma contundente. Em relação a este contingente de trabalhadores, os estudos mostram a educação como fator primordial para assegurar as oportunidades de emprego e renda. Apontam para a importância de uma educação e capacitação profissional voltadas para a realidade do jovem, assim como melhorias no ambiente de trabalho, que podem contribuir para mudar o cenário no mercado de trabalho. (Cardoso, 2013; Neri, 2019).

Entende-se que através das esferas da educação e do trabalho se constituem formas eficientes de inserção dos jovens na sociedade moderna, e a partir desse ponto

constroem-se suas expectativas de vida e de futuro. Os processos de formação e capacitação profissional requerem um período de aprendizagem que se baseia na obtenção do conhecimento geral, técnico e especializado como preparação para o mercado de trabalho. (Abramo, 1997; Alvim & Queiroz, 2004).

Essas transformações na esfera do trabalho, assim como a reconhecida centralidade do trabalho na vida dos jovens, têm suscitado debates sobre as características das oportunidades de emprego e os padrões de assalariamento no mercado de trabalho brasileiro. Contudo, de acordo com a literatura brasileira, tais mudanças não referem uma perda da centralidade do trabalho na vida dos jovens, mas aponta para a percepção da importância do trabalho na reprodução social da vida. Compartilha-se da compreensão sobre a relevância do trabalho nos processos de sociabilidade e construção das identidades, uma vez que este faz parte da vida integral dos sujeitos. (Guimarães, 2005; IPEA, 2009; Corrochano & Abramo, 2016).

Segundo Guimarães (2005), os jovens constroem “múltiplos sentidos do trabalho”, reconhecendo sua importância na construção das identidades e expectativas de vida. Elaboram “formas de conceber e outorgar valor ao trabalho (fundando-o seja na ética, seja na necessidade, seja na arguição de direito) e padrões de interpretar o significado subjetivo do seu resultado (seja como provedor de necessidade, seja como produtor de independência, crescimento ou auto-realização)” (p.25).

Nesse sentido, as perdas em relação aos antigos valores da “sociedade salarial” pontuados por Castel, não significam uma desvalorização do trabalho. Contudo, as mudanças no padrão de assalariamento são experienciados pelos jovens de diferentes formas e intensidades, como na realidade brasileira, em que “fatores demográficos e educacionais, além dos fatores ligados à reestruturação econômica, deterioram ainda mais as suas chances de inclusão”. (Guimarães, 2005, p.24).

Frente ao contexto de desemprego e precarização do trabalho, os jovens confrontam-se com uma realidade na qual seus esforços serão direcionados para a busca pelas oportunidades de trabalho que proporcionem, minimamente, a sobrevivência. Nesse percurso, encontram-se com a necessidade de uma educação e capacitação profissional eficientes, que possibilitem sua inserção no mercado de trabalho. Nesta esfera, defrontam-se com as inovações tecnológicas e surgimento de novas atividades e profissões que requerem habilidades e conhecimentos atualizados. Assim, ganha destaque o desafio em encontrar as condições de exercer um “trabalho decente”, que

busque a integração entre as diferentes esferas da vida social, como o trabalho, educação e vida familiar, e que possibilite construir sólidas perspectivas de futuro. (Guimarães, 2005; Corrochano & Abramo, 2016).

3. Configurações do mercado de trabalho no Brasil

Estudos sobre o mercado de trabalho no Brasil têm demonstrado que houve diminuição nos postos de trabalho na última década, e na região nordeste ocorreu um decréscimo no nível de ocupação. O nível de ocupação se refere à população em idade de trabalhar de 14 anos ou mais, considerando o número de pessoas ocupadas em relação à população em idade ativa. Dentro da série estudada, o nível de ocupação no Brasil apresentou menor percentual em 2020 (51,2%), devido à pandemia de Covid-19, e obteve uma recuperação de 2,0 pontos percentuais em 2021 (53,2%), com a retomada do crescimento econômico. O estado do Maranhão acompanhou esse processo, com queda máxima em 2020 (38,9%), e recuperação de 2,7 pontos percentuais em 2021 (41,6%).

Tabela 1: Nível de ocupação no Brasil e Maranhão, taxa anual (%) – 2016-2021

	2016	2018	2020	2021	2021- 2020 (p.p)
Brasil	55,5	55,4	51,2	53,2	2,0
Maranhão	47,8	43,1	38,9	41,6	2,7

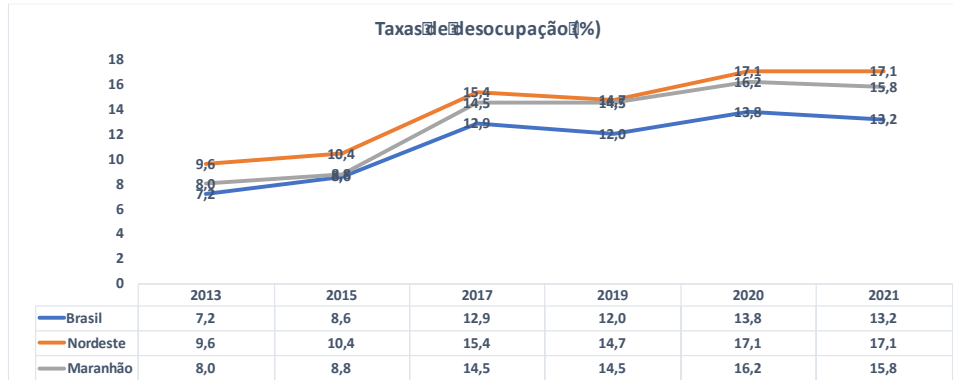
Fonte: IBGE-PENAD Contínua – Retrospectiva 2021. Elaboração própria.

O movimento de queda no nível de ocupação foi acompanhado pelo crescimento nas taxas de desocupação. A taxa de desocupação corresponde à porcentagem de pessoas na força de trabalho que se encontram desempregadas. No Brasil, esta taxa aumentou a partir de 2015 (8,6%) e obteve maior proporção em 2020 (13,8%). A Região Nordeste apresentou taxas acima das nacionais, com alta em 2017 (15,4%) e 2020 (17,1%). Dentre os estados do Nordeste que apresentaram aumento nas taxas de desocupação, o Maranhão obteve 16,2% em 2020, com recuperação em 2021 (15,8%). Observa-se o gradativo aumento na taxa de desocupação no país, situação pode ser agravada em

Inserção dos jovens no mercado de trabalho: aspectos sobre profissionalização e diversidade laboral no Maranhão – Brasil

contexto de baixa industrialização e pouco crescimento econômico, quanto à possibilidade de gerar novos postos de trabalho.

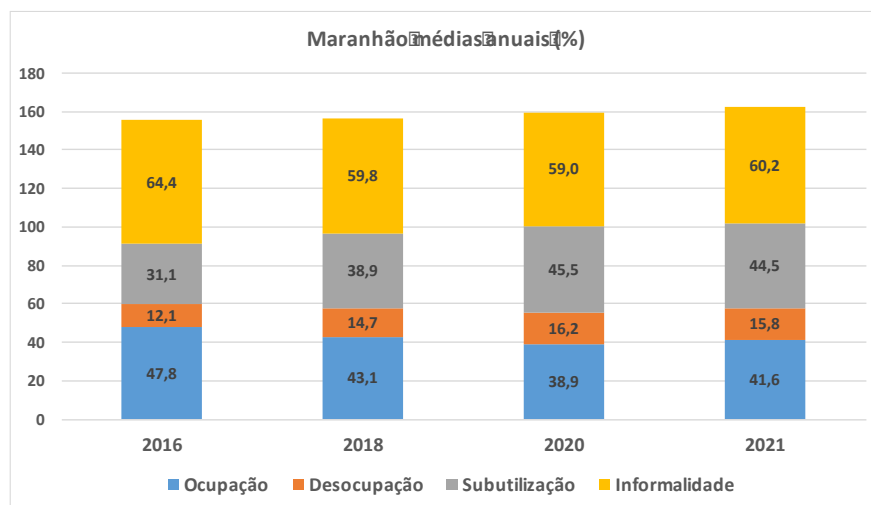
Gráfico 1: Taxas de desocupação no Brasil, Nordeste e Maranhão – 2013-2021



Fonte: IBGE-PENAD Contínua – Retrospectiva 2021. Elaboração própria.

A configuração do mercado de trabalho no Maranhão, demonstra queda no nível de ocupação e aumento no nível de desocupação e subutilização da força de trabalho. Sendo que a subutilização compreende a proporção de pessoas desocupadas e subocupadas por insuficiência de horas, e força de trabalho potencial em relação à força de trabalho ampliada. O nível de ocupação apresentou diminuição em 2016 (47,8%) e menor taxa em 2020 (38,9%). O nível de desocupação teve uma elevação em 2016 (12,1%) e alcançou a maior taxa em 2020 (16,2%). A subutilização cresceu a partir de 2016 (31,1%), alcançando maior taxa em 2020 (45,5%). A informalidade, que apresentou diminuição em 2020 (59,0%), corresponde aos trabalhadores sem carteira assinada, por conta própria e familiar auxiliar, e empregadores sem registro em CNPJ. Percebe-se que houve diminuição na informalidade e aumento na subutilização da força de trabalho que pode caracterizar a precariedade dos postos de trabalho gerados localmente.

Gráfico 2: Taxas de ocupação, desocupação, subutilização e informalidade no Maranhão – 2016-2021



Fonte: IBGE – PENAD Contínua – Retrospectiva 2021. Elaboração própria.

4. A situação dos jovens na educação e mercado de trabalho no Maranhão

A situação observada sobre os jovens brasileiros de 18 a 24 anos, confirma os dados publicados em 2022 pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE, quando analisa a transição dos jovens da educação para o mercado de trabalho. Percebe-se que os jovens de 18 a 24 anos têm maior dificuldade de entrar no mercado de trabalho depois dos estudos. Em 2021, no Brasil, mais de 65% dos jovens entre 18 e 24 não estavam estudando, e menos da metade destes que não estavam estudando, estavam empregados. Enquanto a média da OCDE, de jovens que não estuda e não trabalha, foi de cerca de 1,4%, no Brasil esta alcançou aproximadamente 5% dos jovens de 18 a 24 anos.

Segundo o IBGE, em 2021 o número de jovens que não estudavam e nem estavam ocupados foi de 12,7 milhões, o que correspondeu a 25,8% das pessoas com idade de 15 a 29 anos, embora tenha demonstrado queda em relação a 2020 que alcançou 28%. No Maranhão, essa faixa etária foi estimada em aproximadamente 27,31% (2020) da população, e apresentou, em 2021, taxa de 37,7% de jovens que não estudavam e não estavam ocupados. Pode-se considerar que a situação da população jovem pode ser agravada em situações de aumento nas taxas de desocupação e informalidade.

Tabela 2: Percentual de jovens de 15 a 29 anos que não estudam e não estão ocupados

Ano 2021	Percentual de participação
Brasil	25,8%
Nordeste	33,0%
Maranhão	37,7%

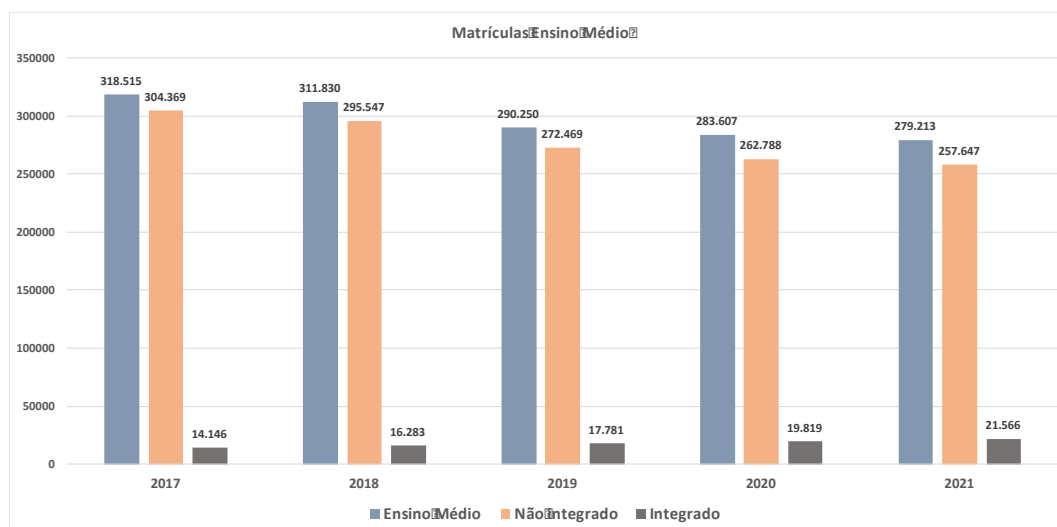
Fonte: IBGE/ Síntese de Indicadores Sociais, 2022. Elaboração própria.

4.1 Educação e profissionalização dos jovens no Maranhão

A profissionalização refere-se aos processos de formação escolar e capacitação profissional, visando a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Na esfera da educação escolar, a etapa de formação no ensino médio compreende a faixa etária dos jovens de 15 a 17 anos, e corresponde à última etapa da educação básica obrigatória. Essa etapa da educação escolar dos jovens poderá estar integrada ou não integrada ao ensino profissionalizante. Segundo dados do INEP de 2021, a educação profissional é composta predominantemente por alunos com menos de 20 anos, que representam 58,3% das matrículas, sendo a maioria (55,5%) estudantes do sexo feminino.

As matrículas na educação profissional resguardam algumas particularidades, pois estão concentradas na zona urbana e na rede privada, esta com 33,8% das matrículas, seguida da rede federal com 33,3%. A disponibilidade de recursos tecnológicos no aprendizado (internet banda larga, computador de mesa, tablete) é maior nas escolas de ensino médio, e possui maior proporção nas redes federal e privada. No Maranhão, as matrículas no ensino médio não integrado à educação profissionalizante possui número expressivo, comparativamente às matrículas no ensino médio profissionalizante. Contudo, esta modalidade apresentou crescimento de 2019 (17.781) para 2021 (21.566), que pode estar associado à expectativa de recuperação da economia e empregos no período pós-pandemia.

Gráfico 3: Matrículas no Ensino Médio, Não integrado e Integrado à Educação Profissional no Maranhão – 2017-2021



Fonte: INEP - Censo Escolar da Educação Básica, 2021. Elaboração própria.

Ao analisar o total de matrículas no ensino médio, percebe-se que há um número maior de matrículas na esfera estadual (251.379), seguida da rede privada (15.658) e federal (11.168), estando a esfera municipal em última posição (1.008). Contudo, a taxa de distorção idade-série alcança 29,60% dos estudantes na rede pública de ensino, e apresenta maior proporção na rede municipal (78,90%), e menor na rede privada (12,70%). A situação de distorção idade-série corresponde aos alunos que possuem idade superior à recomendada para a série frequentada. Esse quadro pode implicar que jovens com atraso na formação encontrem maior dificuldade para entrar no mercado de trabalho formal.

No âmbito da profissionalização e capacitação dos jovens, observou-se a implementação de políticas públicas, no intuito de criar condições de emprego e renda. Os programas visaram oferecer capacitação às camadas sociais mais vulneráveis, que enfrentavam restrições quanto ao ingresso em cursos preparatórios e estágios, buscando equacionar as oportunidades de inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Entre as políticas públicas de incentivo à formação, voltada para a atuação profissional, destacaram-se quatro programas entre os anos de 2015 e 2021, sendo três de idealização do Governo estadual do Maranhão. Objetivaram uma articulação mais ampla entre os setores produtivos locais e regionais e a demanda por mão de obra especializada de jovens e adultos, visando reverter os indicadores econômicos e sociais do estado.

A Plataforma Maranhão Profissionalizado ofereceu cursos online, visando a geração de renda por meio da capacitação profissional durante o isolamento social na pandemia do Covid-19. O Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IEMA, ofereceu cursos de idiomas (inglês e espanhol) e cursos rápidos que possibilitassem o empreendimento de atividades potencialmente rentáveis.

O Programa Trabalho Jovem também foi desenvolvido pelo Governo do Estado do Maranhão, através da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC). O programa foi instituído por meio da Lei nº11.384/2020, e apresentou como objetivo principal a geração de emprego e renda para os jovens, pela oferta de 6.510 vagas em cursos profissionalizantes nas modalidades presencial e online.

Os programas de capacitação profissional disponibilizaram cursos em diferentes eixos tecnológicos (Ambiente e Saúde, Controle e Processos Industriais, Produção Cultural e Design, Produção Alimentícia, Segurança, Gestão e Negócios, entre outros), que objetivaram oferecer habilitações e preparação dos jovens para o mercado de trabalho local. Contudo, não se tem estudos suficientes sobre o alcance dos programas, assim como não se obteve um levantamento quanto aos objetivos alcançados.

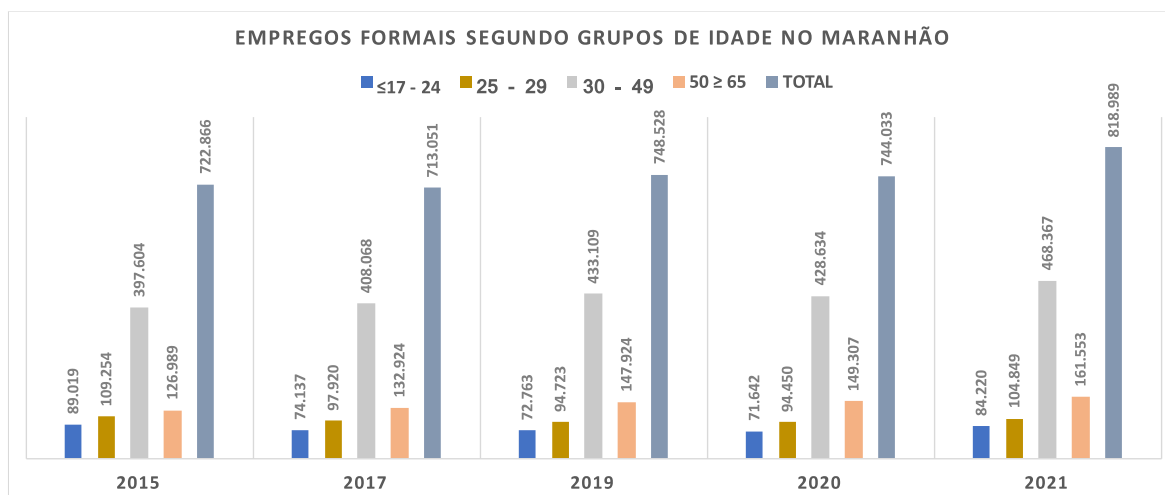
4.3 Participação dos jovens no mercado de trabalho e empregos formais

Quando se observam os empregos formais, percebe-se que o nível de ocupação apresenta diminuição em 2017 (713.051) e 2020 (744.033). Os grupos de idade ≤ 17 a 24 e de 25 a 29 anos formam os mais afetados, considerando a desvantagem estrutural que enfrentam nos contextos de crise econômica. O grupo etário de 30 a 49 anos, apresentou maior proporção de empregos e demonstrou certa regularidade, o que pode corresponder às pessoas com formação superior completa e que alcançam estabilidade nos serviços públicos e privados.

O grupo de idade ≤ 17 a 24 anos, apresentou baixa a partir de 2015 (89.019), sendo mais expressiva em 2020 (71.642), considerando que este grupo ainda se encontra em processo de formação profissional e/ou enfrenta maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho. O grupo de 25 a 29 anos, apresentou diminuição em 2015 (109.254) e 2020 (94.450), e corresponde aos jovens com formação escolar e superior consolidadas. Esses dois grupos etários tiveram maior redução no número de empregos

formais, situação conhecida como uma desvantagem estrutural em contextos de crise, e que apresenta recuperação mais lenta.

Gráfico 4: Empregos formais segundo grupos de idade no Maranhão – 2015-2021

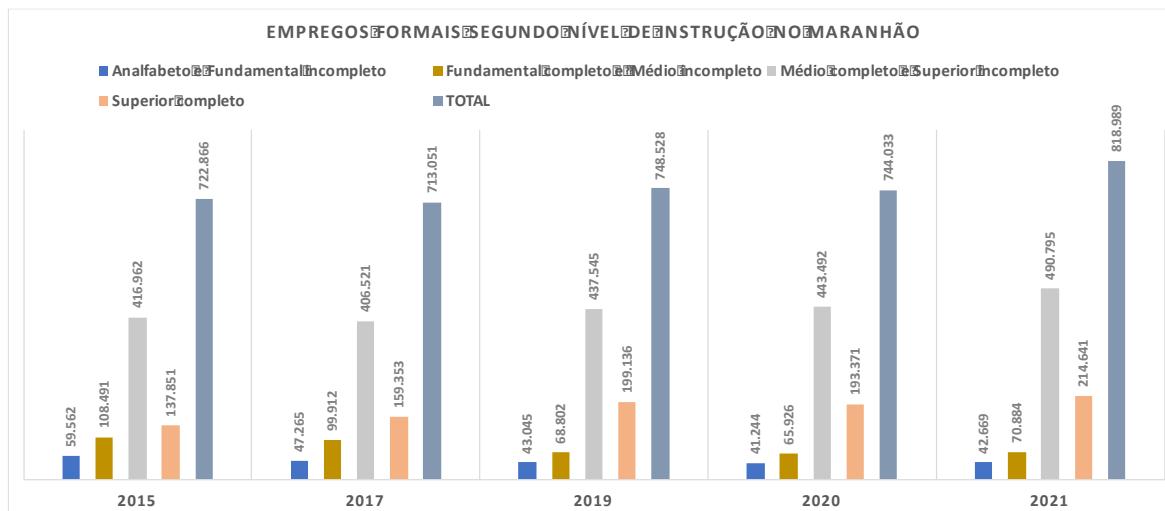


Fonte: RAIS/PDET, dados de 2015 a 2022. Elaboração própria.

4.3 Participação dos jovens nos empregos formais, segundo o nível de instrução

Quanto à participação nos empregos formais e ao nível de instrução dos grupos etários, observa-se que o nível de instrução médio completo e superior incompleto ocupa o maior número de empregos formais, apresentando diminuição em 2017 (406.521), com 57,0% dos empregos, e crescimento em 2020 (443.492), com 59,6% dos empregos. Esses dados reforçam a tese de que a formação escolar e profissional gera maior possibilidade de inserção no mercado de trabalho, assim como a desvalorização da educação pode levar à exclusão dos jovens nas oportunidades de emprego e renda.

Gráfico 5: Estoque de empregos formais segundo o nível de instrução no Maranhão – 2015-2021



Fonte: RAIS/PDET, dados de 2015 a 2022. Elaboração própria.

4.4 Participação dos jovens nas atividades econômicas, segundo os grupos de idade

O conjunto das atividades econômicas demonstram o perfil produtivo do estado, em que predominam as atividades do setor de serviços (administração pública, educação, saúde humana e social, informação, comunicação, transporte, etc.). As atividades de serviços corresponderam a 63% dos empregos em 2015 e 66% em 2020. Em segundo lugar está a atividade de comércio, que apresentou percentual de 21% em 2015 e 20% em 2020. Nas atividades de indústria e construção, as proporções basicamente se equivalem, em torno de 5% e 7%. A atividade agropecuária (agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura) possui menor participação, com média de 3% dos empregos. Esse perfil produtivo pode ser reflexo de pouca industrialização, e referir atividades com baixos rendimentos.

Observou-se que, embora a maioria dos empregos seja gerada no setor de serviços, a participação mais expressiva dos jovens na faixa etária ≤ 17 a 29 anos ocorre na atividade de comércio, que apresentou percentual de 43% em 2020. A participação nas atividades da indústria e construção apresentam menor proporção, com menor taxa em 2020 (29% e 25%). Quando se observa de forma mais detalhada a participação na atividade de comércio, percebe-se que é maior para o grupo de idade ≤ 17 a 24, em relação às pessoas de 25 a 29 anos que possuem maior participação na atividade de

serviços. Esta configuração dos empregos, pode estar associada ao baixo nível de instrução, indicando que as oportunidades de educação e capacitação são fundamentais no processo de inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Tabela 3- Participação dos jovens nos empregos formais por atividade econômica e grupo de idade no Maranhão – 2015-2021

	2015	≤17-29	2017	≤17-29	2019	≤17-29	2020	≤17-29	2021	≤17-29
Atividades										
Serviços	63%	18%	66%	16%	68%	15%	66%	15%	67%	16%
Comércio	21%	50%	20%	45%	19%	44%	20%	43%	19%	44%
Indústria	6%	35%	6%	30%	5%	30%	6%	29%	5%	29%
Construção	7%	34%	5%	28%	5%	25%	5%	25%	6%	24%
Agropecuária	3%	33%	3%	30%	3%	29%	3%	29%	3%	30%
Total	100%	27%	100%	24%	100%	22%	100%	22%	100%	23%
estoque										

Fonte: RAIS-Gov.br/Estoque de empregos formais. Elaboração própria.

A configuração do mercado de trabalho no Maranhão revela desafios que são vivenciados em outras regiões e que requerem a busca de soluções no âmbito nacional e local, a exemplo da educação profissionalizante e dos programas de capacitação profissional. Os desafios se colocam em face da perda gradativa de postos de trabalho, assim como da precariedade dos postos de trabalho que são gerados. Com base nos dados do período analisado, pode-se confirmar a tese de que o investimento na educação e capacitação profissional permite maior inserção dos jovens no mercado, e poderá dar acesso a melhores condições de trabalho, evitando os empregos caracterizados pela informalidade e precariedade.

Considerações finais

Considerando os fatores apresentados neste estudo, buscou-se observar a relação entre as esferas da educação e do trabalho, pontuando o papel da educação e dos programas de capacitação, a formação geral e profissional dos jovens, e sua conexão com o mercado de trabalho. No que se refere à educação, existe consenso entre os estudiosos de que a educação cumpre um papel fundamental para as oportunidades de emprego e renda.

No Brasil, as transformações que ocorrem no mercado de trabalho apontam para configurações em que se observam as desigualdades entre diferentes contingentes de trabalhadores e que estão relacionadas ao aumento do desemprego, subutilização da força de trabalho, informalidade e precarização das condições de trabalho.

Em relação ao contingente de trabalhadores jovens, os estudos mostram que a educação é um fator fundamental para as oportunidades de emprego e renda, uma vez que a formação escolar e profissional, através dos programas de capacitação, assim das políticas públicas, contribui para a inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Quanto à educação e profissionalização, o número de matrículas no ensino médio profissionalizante é menor, embora tenha apresentado crescimento de 2019 (17.781) para 2021 (21.566). Contudo, quando se observa o grupo etário dos 15 a 29 anos, a situação pode referir um quadro excludente, em que 37,7% desses jovens não estudavam e não estavam ocupados.

Quando se observa que as matrículas no ensino médio profissionalizante são reduzidas, assim como o alcance dos programas de capacitação, entende-se que as desigualdades entre grupos de jovens que estão em processo de formação, tende a se reproduzir em diferentes regiões. Esta situação é agravada pela distorção idade-série, que chega a 29,60% no setor público, ocasionando impedimento para os jovens ingressarem no mercado de trabalho formal.

Em relação ao mercado de trabalho, o crescimento da desocupação é um fenômeno expressivo no país na série observada de 2013 a 2021. O Maranhão apresentou menor nível de ocupação em 2020 (38,9%), devido à pandemia do Covid-19. As taxas de subutilização (45,5%) e informalidade (59,0%) podem caracterizar a precariedade do trabalho nos momentos de crise econômica.

Observando a participação dos jovens nos empregos formais, houve perdas para os grupos etários ≤ 17 a 24 e 25 a 29 anos, estes últimos que poderiam ter sua formação escolar e superior consolidada. Embora a maioria dos empregos seja gerada no setor de serviços (66% em 2020), a participação do grupo etário ≤ 17 a 29 anos, foi mais expressiva na atividade de comércio (43% em 2020), e em outras atividades que podem estar associadas a condições de baixa qualificação e remuneração.

No que tange ao estoque de empregos formais por nível de instrução, a categoria médio completo e superior incompleto ocupa o maior número de empregos formais, com 59,6% dos empregos em 2020, indicando que a formação educacional implica

maior possibilidade de inserção dos jovens no mercado, e a desvalorização da educação pode levar à exclusão das oportunidades de trabalho.

A efetivação das políticas públicas, através dos programas de formação e capacitação, gera um diferencial na busca pela equidade de oportunidades entre os diferentes grupos de jovens, uma vez que visam oferecer cursos e estágios, com o objetivo de capacitá-los para o mercado de trabalho. Contudo, percebe-se que os programas de capacitação tiveram um alcance reduzido, e não se pode fazer uma avaliação mais ampla quanto ao escopo dos programas e aos objetivos alcançados.

Nota: Por decisão pessoal, a autora do texto escreve segundo o novo acordo ortográfico.

Notas

1. A Região Nordeste (NE) do Brasil é formada por nove estados, com população estimada em 55.389.382 habitantes, equivalente a 26% da população do País (213.317.639 hab.). O estado do Maranhão está situado na Região Nordeste do País, e possui população estimada de 7.153.262 (3,4% hab. em 2021), numa área de 329.651.496 km², equivalente a 3,9% do território brasileiro, com 19,81 hab/km² (2010).

Referências

- Abramo, H. W. (1997). Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. Número Especial: Juventude e Contemporaneidade. (n.5-6, maio/dez.). ANPEd.
- Acacia, Z. K. (2010). O ensino médio no plano nacional de educação 2011-2020: superando a década perdida? *Educ. Soc.*, Campinas, (v. 31, n. 112, p. 851-873, jul.-set. 2010). <http://www.cedes.unicamp.br>.
- Alvim, R., Queiroz, T., & Ferreira Júnior, E. (Orgs.). (2004). *(Re)construções da juventude: cultura e representações contemporâneas*. Editora Universitária PPGS/UFPB.
- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Vozes.
- Cardoso, A. (2013). Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. *CADERNO CRH*, (v. 26, n. 68, p. 293-314).

- Corrochano, M. C. & Abramo, L. W. (2016). Juventude, educação e trabalho decente: a construção de uma agenda. *Linhas Críticas*, 22(47), 110–129. <https://doi.org/10.26512/lc.v22i47.4789>.
- Guimarães, N. A. (2005). Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? In *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. Editora Fundação Perseu Abramo/ Instituto Cidadania.
- Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (2021). *Boletim Social do Maranhão - Caracterização da população e dos domicílios maranhenses inscritos no CadÚnico*. (V.3, n.4, out/dez). IMESC.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2022). *Censo da Educação Básica 2021: notas estatísticas*. INEP.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2021). *Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021*. INEP.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2022). *Resumo Técnico do estado do Maranhão: Censo Escolar da Educação Básica 2021*. INEP.
- IPEA et al. (Org.). (2009). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. IPEA, 303p.
- Machado da Silva, L. A. (1998) Trabalhadores do Brasil, virem-se. In *Revista Insigth/Inteligência*. (ano 1, n.5, nov./dez. 1998; p.58-65).
- Neri, M. C. (Coord.) (2019). Juventude e Trabalho - Qual foi o Impacto da Crise na Renda dos Jovens? E nos Nem- Nem? *FGV Social* (28 páginas). FGV. <https://cps.fgv.br/juventude-trabalho>.
- Offe, Claus (1989). Trabalho: uma categoria-chave da sociologia? (1989). In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. (vol. 4, n. 10, junho, pp. 5-20).
- Sennett, R. A. (1998). corrosão do caráter. *As conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Record, 204 p.
- Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. (2021). *IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais*. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica. (ISSN 1516-3296; n. 44).
- Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. (2022). *IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais*.

Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica. (ISSN 1516-3296; n. 49).

Sposito, M. P. & Corrochano, M. C. (2005). A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. *Tempo Social*. Editora USP (v. 17, n. 2, pp. 141-172).

Sposito, M. P. & Carrano, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. In *Revista Brasileira de Educação*. (Set /Out /Nov /Dez 2003 Nº 24).